

Entrevista

Objectivo é a melhoria dos resultados escolares



Jornal da Madeira - Como é que se perspectiva o início do próximo ano lectivo na Região a partir de 19 de Setembro?

Francisco Fernandes - Em relação ao início do ano lectivo a 19 de Setembro, para os 3 ciclos do Ensino Básico e para o Secundário, está tudo preparado para o seu arranque – as instalações, os professores, a organização escolar, os fornecimentos de alimentação, os transportes e a acção social educativa, A pausa foi usada para um intenso trabalho de bastidores, que mal se nota publicamente, mas que é essencial para que tudo corra bem.

Faço questão de aqui realçar todos os que, neste período que antecedeu a abertura do ano, se empenharam, se esforçaram e até prescindiram do seu merecido descanso para assegurar que tudo esteja a postos no dia 19 de Setembro, quer na SREC, quer na SRES. Houve todo um trabalho prévio e ‘invisível’ de matrículas, constituição de turmas e de horários, de afectação de professores, assim como de reuniões preparatórias para que o ano lectivo arranque com toda a normalidade. Como é sabido, o calendário escolar deste ano prevê que os alunos das turmas de 5.º ano possam fazer o reconhecimento da escola (espaços, colegas, funcionários e professores), a partir do dia 16 de Setembro, de modo a ganhar-se mais um dia efectivo de aulas para estes alunos. É nosso propósito que o calendário escolar regional tenha o mesmo número de dias efectivos de aulas que o calendário nacional - mais aulas significa mais aprendizagens e, como corolário, melhores resultados.

Há um objectivo que tem de ser partilhado por todos, começando por nós próprios, pelas Direcções das Escolas, pelos professores, pelos alunos e suas famílias: a melhoria dos resultados escolares! É minha convicção que essa melhoria passa apenas por mais trabalho e mais estudo. Sem isso, podemos ter um bom parque escolar, equipamentos, professores colocados, etc., mas se não houver um grande empenhamento e entrega ao acto de ensinar e de aprender, nada feito. Tem havido melhorias, é certo, mas há ainda um caminho a percorrer.

O papel das famílias é fundamental para o reforço das horas de estudo dos seus educandos. Não se trata apenas de uma preocupação estatística. É futuro dos jovens que está em causa.

JM - Quais são as novidades mais significativas em termos do parque escolar?

Francisco Fernandes - A nossa rede escolar está praticamente concluída. A Região está coberta por uma rede renovada a quase 100 por cento. Faltam dois ou três investimentos, que já estão agendados, inclusive na actual legislatura, o que, praticamente, fecha as necessidades da Região em matéria de parque escolar Novas Escolas: Escola Profissional de S. Martinho, Funchal; Infantário privado em Santo António; Infantário Privado em Santa Cruz.

A taxa de cobertura de Escola a Tempo Inteiro abrangerá 99% dos alunos de 1.º Ciclo na RAM. A taxa é 100% em todos os concelhos, excepto no Funchal (98%), a concluir

com a EB1 do Imaculado (já projectada) e EB1 das Romeiras (em construção). Actualmente, as EB1 da Chamorra, Três Paus e Imaculado Coração de Maria são as únicas 3 escolas da RAM que ainda não estão em regime de ETI. A Escola a Tempo Inteiro, é um processo iniciado em 1994 que agora se conclui e que, para além das inegáveis vantagens educativas, constitui um apoio significativo, do ponto de vista social.

Foi concluída uma intervenção nos exteriores no Infantário “A Palmeira” em Santa Cruz, e estão em curso várias iniciativas de remodelação a cargo da SRES, nomeadamente, na EB1PE da Nogueira, Camacha (Polidesportivo - modernização e cobertura), na EB Fajã da Ovelha (Polidesportivo - modernização e cobertura); na EB1PE do Estreito da Calheta e reparações na EB1PE de Santana e EB1PE da Madalena do Mar, uma grande manutenção da EB1PE do Lombo dos Aguiares, bem como uma intervenção geral no Infantário “O Sol” incluindo pintura geral do edifício. Por iniciativa da CMF, foram feitas várias intervenções de modernização em salas de Educação Pré-Escolar (pintura e substituição dos pavimentos), na EB1PE de S. Martinho, na EB1PE da Nazaré, na EB1PE do Areeiro, na EB1PE do Lombo Segundo, na EB1PE da Cruz de Carvalho, a modernização do polidesportivo da EB1PE da Cruz de Carvalho (piso, equipamentos, vedação, exteriores) e um novo Parque Infantil na EB1PE Ribeiro Domingos Dias.

Por iniciativa da SREC, foram efectuadas intervenções de manutenção/melhoria no Infantário “Os Louros”, Creche “O Búzio”, Creche “O Colminho”, Infantário “O Carrocel”, Infantário “A Gaivota”, e Infantário “O Girassol”.

Foi efectuada a manutenção preventiva a todos os equipamentos industriais existentes nos Estabelecimentos de Infância e cozinhas das EB1; a rectificação das instalações de gás nas cozinhas dos Estabelecimentos de Infância; o apetrechamento ao nível de equipamentos hoteleiros industriais de cozinhas cuja confecção da alimentação passa a ser contratada no ano lectivo de 2011-2012; manutenção dos espaços verdes dos Estabelecimentos de Infância.

Serviços para desinfestação e controle de pragas nos Estabelecimentos de Infância.

Cumprindo um dos desígnios do Programa do Governo, em freguesias de fraca densidade populacional infantil, vão ser criadas unidades de creche (uma sala) integradas nas EB1 da Quinta Grande, Curral das Freiras e Arco da Calheta, por não terem surgido interessados privados na criação de núcleos infantis.

As alterações do ano lectivo que se aproxima, em matéria de rede escolar, vão permitir encerrar o Infantário “Bambi” (Santo António) e “Castelinho” (Santa Cruz), em ambos os casos por ocorrerem novas ofertas, de melhor qualidade.

JM - Face ao clima de contenção nas despesas públicas, como é que a Secretaria Regional da Educação e Cultura vai gerir o orçamento destinado ao sector da Educação? Francisco Fernandes - Geralmente as dificuldades aperfeiçoam a procura de caminhos mais eficazes. Há que gerir os recursos disponíveis nessa perspectiva. Uma componente apreciável do orçamento é consumida com recursos humanos, o que deixa pouca flexibilidade. Não poderemos desenvolver novos projectos, mas vamos assegurar os que existem com modelos que impliquem menos gastos, designadamente com deslocações, e fazer, por norma, a avaliação do custo/benefício de cada projecto.

JM - Quantos alunos vai abranger a Acção Social Educativa e que importância terá a criação de um escalão médio da ASE?

Francisco Fernandes - Todos os alunos que tenham o escalão 1 e 2 do Abono de Família vão beneficiar de Acção Social Educativa. Isso significa mais de metade do total de

alunos. A Acção Social Educativa abrange refeições, livros, material escolar e transporte, para além do seguro escolar.

Fomos confrontados com um novo modelo nacional de atribuição de Abono de Família que implicou a redução do número de escalões. Para minimizar os impactos desta medida nacional, optou-se pela criação de um escalão especial tem como principal objectivo acomodar os impactos mais bruscos nas mensalidades dos estabelecimentos de infância.

O novo escalão aplica-se às famílias com crianças até aos 4 anos (nascidos de 2011 a 2007), desde que se integrassem, em 2010/11, nos 4 primeiros escalões de Abono de Família, e que agora estejam no grupo denominado “Sem Escalão”.

Foi dado, também, um sinal para incentivar a melhoria dos resultados escolares e para o envolvimento das famílias, criando um novo benefício para os alunos dos 2.º e 3.º escalões de Abono de Família que obtenham avaliações de excelência nas provas nacionais (afertação ou exames nacionais).

JM – Que estratégia será seguida na alimentação fornecida nas escolas da Região?

Francisco Fernandes - No âmbito da educação alimentar continuaremos com as orientações dos anos anteriores em relação à alimentação saudável nas escolas da RAM. Do ponto de vista social os alunos carenciados estão protegidos e as escolas podem desencadear procedimentos de fornecimento de apoio durante as pausas lectivas, mediante o pagamento do custo real. Apesar de esta possibilidade existir há alguns anos, nunca foi solicitada.

A introdução do pagamento das refeições, parcial ou em custo real, consoante os rendimentos das famílias, veio produzir economias, redução de desperdícios e a criação de uma receita que permitiu manter o nível das mensalidades e assegurar benefícios aos mais necessitados.

O custo do serviço, no 1.º ciclo e pré-escolar, é de cerca de 7 milhões de euros anuais, compensados com uma receita de cerca de 3 milhões de euros/ano.

JM – Os gastos em material escolar são uma preocupação para os pais. Que indicações são aplicadas neste âmbito?

Francisco Fernandes - Durante o ano findo a Inspeção Regional de Educação desencadeou um inquérito, por amostragem, a fim de determinar os valores, a quantidade e a qualidade daquilo que era solicitado pelas escolas. Dessa auditoria resultaram recomendações. O apelo que é feito às escolas é de que tenham em atenção a situação das famílias, designadamente as da ‘classe média’ que não beneficiam de apoios sociais e para quem os custos de material escolar representam um peso considerável nos seus orçamentos, especialmente quando têm vários filhos em idade escolar.

Assim, na minha opinião, as principais orientações são no sentido de não recomendar materiais caros, não indicar ‘marcas’, coordenar os pedidos das várias áreas disciplinares no sentido de não haver repetições (não faz sentido que se peçam às famílias, por exemplo, várias réguas, várias borrachas, mais do que um conjunto de lápis de cor, vários tubos de cola, etc.), só porque os pedidos são formulados por diferentes professores, para diferentes disciplinas. Por outro lado, as escolas devem admitir que os materiais que solicitam possam ser adquiridos ao longo do ano e não todos no mês de Setembro.

JM – Tal como foi anunciado pelo Ministério da Educação a nível nacional haverá também na Região um reforço no ensino da Matemática e da Língua Portuguesa? Como

irá isso ser feito?

Francisco Fernandes - Seguiremos as orientações nacionais no que concerne à Matemática e ao Português pela importância que têm no currículo. Reforçámos inclusive estas áreas na Região com a colocação de mais um professor por escola, a exemplo do que já tínhamos feito na Físico-Química, no sentido de prepararmos melhor os alunos para os Exames Nacionais. Aliás as nossas orientações neste âmbito já decorrem de anos anteriores e reforçam a ideia do caminho que queremos prosseguir. Concordamos com a passagem das provas aferidas de 6º ano nestas disciplinas para Exame Nacional, em coerência, aliás, com o que defendemos em sede de um diploma aprovado na ALM, mas cuja promulgação foi recusada por diferir do modelo nacional então vigente.

Pormenorizando:

O Dec. Lei nacional aplica-se na RAM no ano lectivo 2011/12 de acordo com as orientações e o desenho curricular previsto nos seus anexos e as especificidades regionais previstas nos pontos seguintes;

Em relação ao 1º ciclo do Ensino Básico aplica-se a matriz curricular prevista no anexo I do citado Decreto-Lei, com as orientações já estabelecidas nos anos anteriores decorrentes do modelo de Escola a Tempo Inteiro nas actividades de complemento curricular;

Em relação ao 2º ciclo do Ensino Básico, aplica-se a matriz curricular prevista no anexo II do citado Decreto-Lei, com adaptação na Área Curricular Não Disciplinar em que os 3 tempos propostos serão desdobrados.

Em relação ao 3º ciclo do Ensino Básico, aplica-se a matriz curricular prevista no Anexo III do citado Decreto-Lei Nacional.

JM - Que estratégia será seguida para o Ensino Profissional, nomeadamente com a abertura da Nova Escola Secundária e Profissional de São Martinho?

Francisco Fernandes - A Escola Profissional de São Martinho será inaugurada no dia 19 de Setembro, paralelamente ao início do ano lectivo.

É uma escola com várias vocações, uma delas talvez a menos esperada, é a utilização dos seus espaços para cursos nas áreas das artes (dança e teatro) que, apesar de continuarem sob a tutela do Conservatório-Escola de Artes da Madeira (CEPAM), terão a sua componente teórico/prática em instalações da escola de S. Martinho, deixando os espaços alugados até agora utilizados no Madeira Tecnopólo.

A área da Mecânica será uma das áreas fortes desta Escola, que beneficia de equipamentos e know-how do Centro de Formação Profissional, que deixa de ministrar esta área de formação a fim de não existirem duplicações, nem dispersão de recursos. Esta nova Escola representa também uma grande aposta nas áreas tecnológicas, que não começarão já no dia 19 de Setembro, porque decorre ainda à aquisição de equipamento. Estamos a falar, por exemplo, de Hidromecânica e Mecatrónica.

A Escola Profissional de S. Martinho tem essencialmente uma vocação profissional e tecnológica, vai corresponder e dar respostas às necessidades do mercado regional, não se sobrepondo a outras ofertas que já existam noutras instituições, nomeadamente às escolas dos 3º ciclo e secundário e, simultaneamente, vai dar resposta ao previsto aumento de população escolar resultante do aumento de escolaridade para 12 anos.

54.000 crianças e alunos nas escolas

Questionado sobre o número de alunos inscritos na Região nos diferentes graus de ensino, Francisco Fernandes refere que “nesta data, ainda não é possível contabilizar o

total de alunos, visto que alguns processos de matrícula, designadamente, de ensino profissional, CEF's, EFA's e Ensino Nocturno, decorrem mais tarde. Contamos atingir um quantitativo idêntico ao do ano lectivo passado, à volta de 54.000 crianças e alunos.”

Assim, adianta: “Com os dados já disponíveis, temos nos Estabelecimentos de Educação e de Ensino Diurno:

Creche: 3.450 crianças;

Pré-Escolar e jardim-de-infância: 7.700 crianças:

1.º Ciclo: cerca de 13.000 alunos;

2.º Ciclo: 7.500 alunos;

3.º Ciclo: 10.800 alunos;

Secundário e CEF: 9.600 alunos.

Sobre se há uamento de alunos em relação ao ano lectivo 2010/2011, o secretário regional da Educação e Cultura salienta: “A redução da natalidade tem vindo a ser compensada pela permanência na escola para além dos 15 anos de idade, e pela oferta de Cursos de Educação/Formação e de Educação e Formação de Adultos. É por isso que temos vindo a conseguir assegurar a empregabilidade dos professores sem vínculo. A frequência é generalizada e o abandono está reduzido a uma escala ínfima.”

Escolha dos livros

“Na escolha dos livros, apesar que hoje os livros adoptados servirem para vários anos, é importante que as escolas conheçam, da parte dos editores o respectivo custo, o tipo de material utilizado, o peso, a necessidade ou não de utilização de CD's, etc., tudo se juntado ao critério pedagógico, que é essencial.

Deixo também, em termos de futuro, uma sugestão aos fornecedores de material escolar que promovam linhas de crédito às famílias, a fim de atenuar o impacto financeiro no início do ano.”

Taxa de professores efectivos na Região é superior a 75%

JM – Em termos de colocação de professores como é que está a situação?

Francisco Fernandes - O concurso para o ano lectivo de 2011/2012 foi, como é sabido, apenas para fins de contratação, pelo que não representa alterações significativas para 4.800 professores de quadro de escola e quadro de zona, embora em relação a estes últimos, cerca

de 1.900, se verifique alguma mobilidade, dentro da respectiva zona.

Quanto a renovações de contrato foram efectuadas 1697 renovações, isto é, candidatos com um ou mais anos de serviço na Região, dos quais 1629 já foram colocados, 28 desistiram da contratação e 40 estão ainda por renovar, mas cujo processo se espera concluído por estes dias.

Ao efectuar a renovação de todos os contratos de docentes com mais de um ano de serviço, o Governo Regional cumpre assim o seu compromisso, embora sem criar necessidades artificiais, mas sim reforçando a resposta pedagógica das escolas e dando estabilidade aos docentes envolvidos.

Um aspecto a realçar é que este ano o número de candidaturas foi inferior a dos anos anteriores. A Região Autónoma da Madeira tem uma taxa de professores efectivos superior a 75%, a que acresce o mecanismo de renovação de contratos, e que no seu cômputo propicia a estabilidade do corpo docente, condição determinante para a melhoria das aprendizagens dos alunos e das crianças que constituem o cerne do

Sistema Educativo Regional.

A exemplo do que já havia sido conseguido com o anterior Governo da República, assegurámos a mobilidade para o Continente dos professores que, comprovadamente através de Junta Médica, apresentaram motivos de ordem pessoal, dos próprios ou de familiares, para serem colocados em escola da sua área de residência no Continente.

Esta matéria cujo tratamento se iniciou ainda com o Governo anterior, e retomada logo após a posse do actual Governo da República, deu satisfação a este anseio de algumas dezenas de professores que exerciam a profissão na Madeira e Porto Santo.

A situação da empregabilidade na profissão docente deve ser indicador bastante para ser tido em conta nas ofertas de ensino superior das universidades. A perspectiva de empregabilidade próxima/futura na profissão docente é quase nula.

[Augusto Soares](#)